

MP 665: bancada do PT vota contra os trabalhadores

MAIS DO QUE NUNCA:



No 1º de Maio, Vagner, da CUT colocou em votação a paralisação, rumo à greve geral.

PREPARAR A PARALISAÇÃO NACIONAL DE 29 DE MAIO

Paraná: contra a repressão aos professores, 25 mil no estádio gritam: FORA BETO RICHA



Congresso da UNE, o que está em jogo?

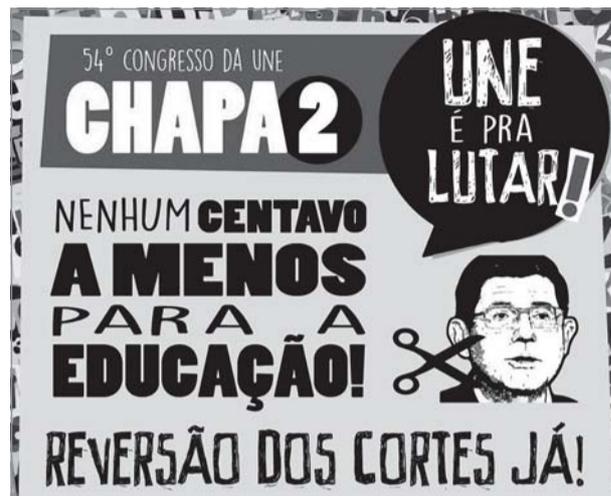
Juventude Revolução apresenta a tese “UNE é Pra Lutar”, contra os cortes na educação

De 3 a 7 de junho ocorre em Goiânia o 54º Congresso da UNE, cujos delegados vêm sendo eleitos desde abril.

O congresso se realiza em meio aos cortes de verbas da educação, determinados pelo Plano Levy, que levam as universidades públicas, desde o início do ano, a enfrentar sérias dificuldades: contas atrasadas, diminuição do número de bolsas e paralisação de obras de expansão. Já para os alunos das privadas, o corte afetou o FIES, o governo acaba de anunciar que cerca de 250 mil não terão acesso ao financiamento, porque “acabaram os recursos”!

A direção da UNE, até agora, não chamou nenhuma mobilização, embora tenha condenado os cortes.

Os militantes da Juventude Revolução e estudantes comprometidos com a tese “UNE é pra Lutar”, defendem a necessidade da UNE organizar a luta para exigir de Dilma a reversão dos cortes e o fim do plano Levy, com um



calendário de mobilização. É o principal combate desse congresso.

Um combate que enfrenta, de um lado, a política da direção da UNE (UJS/PCdoB), subordinada ao governo, que fala que principal luta é a “defesa da democracia”, descolada das reivindicações concretas, para proteger a política econômica do governo. Por outro lado, a posição

sectária da oposição de esquerda (Juntos/PSOL), leva à divisão, com a linha de “derrotar Dilma e o PT”, fazendo coro com os setores mais reacionários.

A Juventude Revolução leva ao congresso a necessidade da unidade dos estudantes com a classe trabalhadora e suas organizações, para defender os direitos da juventude e dos trabalhadores e fazer frente à ofensiva reacionária e a política de ajuste fiscal.

Com a CUT, a FUP, o MST, a CMP e partidos políticos, entidades e organizações do movimento popular, a UNE deve organizar a luta, se solidarizando à exigência dirigida à presidente Dilma de veto ao PL 4330 e contra as MPS 664 e 665. A UNE deve integrar também a campanha em defesa da Petrobrás, ameaçada

pela operação Lava Jato. Corrupção se combate com uma constituinte para a reforma política.

Com essas posições, a Juventude Revolução compõe neste congresso, o “campo popular”, com o Levante Popular, Articulação de Esquerda, EPS, Mudança e Estopim.

Os três mil delegados previstos para o congresso não refletem uma sólida organização do movimento estudantil. Na maioria das universidades não há centros acadêmicos e centrais de estudantes (DCEs). São mais de sete milhões de estudantes de ensino superior no Brasil mas, atualmente, muitos nem sequer sabem o que é a UNE.

Para recuperar sua capacidade de organização, mobilização e luta, será preciso colocar a UNE pra Lutar em defesa dos interesses dos estudantes e, junto com os trabalhadores, na defesa dos direitos e da soberania nacional.

Luã Cupolillo

“Redução da maioria penal não é saída”

É preciso atacar as causas da violência e não jogar jovens de 16 anos nas cadeias

O Congresso Nacional discute a redução da maioria penal, um tema que tem gerado confusão, inclusive na juventude. O Trabalho ouviu Aline Ogliari, Secretária Nacional da Pastoral da Juventude que está na luta contra a redução. Entrevista feita por Priscilla Chandretti.

O Trabalho – Como a juventude recebe a questão da redução, ela encontra apoio?

Aline Ogliari – É necessário compreender que há um sistema que concentra e distorce as informações conforme seus interesses. A mídia e todo o sistema manipulam, ao ponto de fazer com que entre as principais pessoas que serão atingidas e vitimadas com a redução, há os que passem a acreditar e defender a medida, sem avaliar de fato as consequências que isso traz. Ou seja, há uma parcela da juventude que acredita que a redução seja uma saída para os tantos problemas que existem e que possam vir a se envolver no tema.

Porém, também há uma parcela significativa de juventude, especialmente a que convive dia a dia com as contradições do sistema e que sente na pele a sua estrutura violenta, que reage de forma crítica e organizada para que a proposta não avance.

OT – Quais os argumentos para convencer os jovens que a redução não é a saída?

AO – Talvez não seja convencer, mas apresentar elementos do “outro lado” que possibilite uma posição mais fundamentada, mesmo que permaneça favorável, se isso ainda for possível.

No senso comum, se generaliza a ideia de que a maioria dos crimes são cometidos por adolescentes devido a impunidade – e aí se usa da comoção de exemplos para atingir as pessoas; em sequência o desejo de se punir (antes mesmo de assegurar os direitos de fato), acreditando que assim a violência irá se reduzir.

É preciso desconstruir esses argumentos de que a redução é a resposta e a solução para problemas que são frutos de uma sociedade baseada e construída historicamente nas estruturas de desigualdade, de exploração, e exclusão. Isso é tratar a consequência ao invés de tratar a causa. Se basear em números reais, de fontes seguras e dar visibilidade para eles, como o fato de que apenas 0,01% dos adolescentes no Brasil estar cumprindo alguma das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A dimensão jurídica, do fato de ser constitucional ou não, é algo que precisa ser abordado, mas não deve ser tida como a primeira opção. Tem uma iniciativa muito interessante que se chama “18 razões para ser

contra a redução da maioria penal”. São 18 argumentos construídos, de forma concisa e fundamentada, para a abordagem mais popular.

Outra coisa que precisa ser evidenciada é a falência do sistema carcerário brasileiro, e todo o seu caráter seletivo. Ainda que soe repetitivo, ele é uma verdadeira escola do crime, onde as facções criminosas que giram no entorno dele são compostas por políticos, por policiais militares e grandes traficantes.

OT – A PJ tem realizado atividades contra a redução?

AO – A metodologia da PJ é do processo, do trabalho de base intenso, além de uma articulação em rede; e aí, se parte para ações concretas e de visibilidade, por menores que sejam. O importante é valorizar toda e qual-

quer iniciativa que os e as jovens, lá nos seus grupos, fazem.

Juntamente com as outras Pastorais da Juventude [do Meio Popular, Estudantil e Rural], desde 2009 temos a Campanha Nacional Contra a Violência e Extermínio de Jovens. Um dos eixos que a PJ aborda na Campanha é a redução da maioria penal.

Em 2012, a Semana da Cidadania, uma atividade permanente das PJs, foi sobre isso. Elaboramos rodas de conversa para serem discutidas nos grupos de base.

De forma específica, seguimos na elaboração de materiais para grupos, além de diversas publicações em diferentes formas e dimensões para as abordagens. E é nesse sentido que temos feito nossas iniciativas.



A ANPG, realizou caravana a Brasília, por mais direitos, aumento de bolsas e pelo fim do plano Levy. Na foto, Tamara e Flecha (presidente e vice da ANPG), ao centro Luiz Cláudio secretário executivo do MEC. A mobilização, conseguiu o compromisso do MEC de estabelecer uma rodada de negociações de maio a julho.

É possível derrotar o “ajuste”

O que há de comum entre a votação das Medidas Provisórias 664 e 665 do Plano Levy e a impactante greve dos professores do Paraná contra o roubo da sua previdência?

A primeira coisa é que a repressão da mobilização, tal como a cooptação e desmoralização das organizações, são meios que diferentes governos dispõem para impor o “ajuste” e assim tentar salvar o sistema capitalista em crise. É o que se pode ver agora também no Brasil, jogado no turbilhão mundial.

A segunda coisa em comum, é que as votações reacionárias na Câmara dos Deputados de Eduardo Cunha (na MP 665) e na Assembleia Legislativa do Paraná (no PL 252), indicam o aprofundamento do fosso entre as instituições e o povo, entre a representação e os representados, fosso revelado nas manifestações de junho de 2013.

A terceira coisa em comum, a mais importante, é que apesar de uma certa confusão a questão não acabou, pois a força da mudança está na luta do povo trabalhador nas ruas, buscando se apropriar de suas organizações.

A exemplar agenda da CUT, com outras organizações e movimentos populares, está aí mesmo para mostrar: no histórico 1º de Maio

de 2015, se convocou uma Paralisação no próximo dia 29 contra as MPs 664-665 e o PL 4330 “rumo à greve geral”. E a CUT tem razão de convocar esse movimento.

É essa a força que pode enfrentar e vencer o “ajuste” de Levy! É ela força que está por trás da crise na bancada do PT na questão das MPs, onde finalmente 15% dos deputados não acompanharam o vergonhoso voto da maioria da bancada na MP 665.

É essa força que, no próximo Congresso do PT, em junho, pode incidir e abrir uma perspectiva ao PT hoje desorganizado pela própria política de sua direção e ameaçado de “extinção” pelos inimigos de classe.

NOS DIREITOS E CONQUISTAS SOCIAIS NÃO SE MEXE

Finalmente, é essa força também que pode abrir uma saída alternativa à do suicídio político do próprio governo Dilma, o qual, ou busca nela o único verdadeiro apoio que pode ter e muda a sua política econômica, ou continua e terminará lamentavelmente cedendo em todos os terrenos às exigências dos golpistas.

Desde já, os instrumentos dos golpistas estão, de um modo, no PSDB e, de outro, no “aliado” PMDB, seja para a contrarreforma política, ou para a revisão do regime de partilha do pré-sal, como para a aprovação do PL 4330 e, ao fim e ao cabo, para apoiar o Plano Levy.

Nada disso é aceitável, nada disso é negociável! Nos direitos e conquistas sociais e nacionais não se mexe!

Por todas essas razões, como sabem os professores do Paraná que enfrentaram e abriram uma crise no governo Richa, a continuação da mobilização independente é o único caminho para defender os direitos e avançar.

Do mesmo modo, no plano nacional, o êxito da paralisação do dia 29 de maio é da maior importância, uma questão da sobrevivência da classe trabalhadora que começa a ser atingida pela recessão do Plano Levy.

Desde já, O Trabalho, junto com os companheiros do Diálogo e Ação Petista, tal como fizemos no 1º de Maio, nos engajamos sem titubear no sucesso da paralisação contra as MPs 664-665, o PL 4330 e o fator previdenciário.

Junte-se a nós!

Carta aos Leitores

37 anos do jornal O Trabalho

Em 1º de Maio de 1978 era publicado o número zero do jornal O Trabalho, para reportar a luta dos trabalhadores, com o compromisso de defender a independência da classe, na luta por seus interesses. Nesses 37 anos nos mantivemos ao lado dos trabalhadores do Brasil e do mundo, com esse mesmo compromisso.

No início da década de 1980, no processo de combate contra a ditadura militar, a partir da ação das massas, e da decisão da classe em construir suas próprias organizações, surgia o Partido dos Trabalhadores e a CUT.

Em maio de 1980, três meses depois da fundação do PT, a edição nº 59, registrava: “foi o maior 1º de Maio de todos os tempos: 120 mil trabalhadores, estudantes e suas famílias tomaram as ruas, praças e o Estádio de São Bernardo, para manifestar seu apoio à greve dos metalúrgicos e seu desejo de acabar com a ditadura. Este 1º de Maio repisou uma velha lição: a unidade dos trabalhadores obriga a ditadura a recuar. São Bernardo amanheceu sitiada e ocupada por cavalos, caminhões, soldados, cães e helicópteros. A ditadura não escondia seus planos: impedir a realização da manifestação. Mas, em apenas 25 minutos, a ditadura compreendeu que, dessa vez, ela é que seria obrigada a recuar. Por isso mes-

mo, as tropas saíram correndo da cidade”. Três anos depois, seria criada a CUT.

Em maio de 2015, nosso jornal, aos 37 anos, reporta e ajuda a organizar a luta dos trabalhadores, com a CUT, contra os ataques do Congresso, como o PL 4330, e o plano Levy, do governo, como as MPs 664 e 665.

Nessas três décadas mantivemos nosso compromisso porque temos como princípio a independência financeira. Nosso financiamento é exclusivamente garantido pela venda militante. Cada exemplar pago por um trabalhador, um jovem, um militante do movimento popular, cada assinatura feita, é isso que nos sustenta.

Novo preço: desde 2012 viemos mantendo o preço do exemplar em R\$ 3,50. Reajustes necessários no orçamento, a partir da elevação dos custos de produção, nos obriga a elevar, a partir dessa edição, o preço a R\$ 4,00.

Campanha de assinaturas: comemorando nossos 37 anos, reforçamos o combate pela nossa independência financeira, realizando nesse mês de maio, uma campanha de assinaturas solidárias, pedindo a contribuição de R\$150,00. Convidamos nossos leitores que ainda não têm sua assinatura a nos ajudar.

Comitê de redação

Memória

1º DE MAIO DE 1981 EM SÃO BERNARDO

Muitos esperavam que o aparelho controlado pela Unidade Sindical fosse fazer com que o ato por ela promovido na Praça da Sé, em São Paulo, conseguisse atrair mais a atenção dos trabalhadores que o ato promovido em São Bernardo. Mas aconteceu justamente o contrário. (...) os sindicatos que convocaram juntamente com o PT o ato de 1º de maio do ABC conseguiram reunir mais de 10 mil trabalhadores e jovens (...). Este foi o resultado de um chamamento de classe, de trabalhador para trabalhador, realizado para o ato do ABC – diferentemente do realizado na Sé, mais voltado para pelegos e representantes da burguesia.

O Trabalho nº 104 – 6/5/1981



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Arte: Antônio do Amaral Rocha

Petrobras: ofensiva contra o regime de partilha

Multinacionais pressionam pela volta do regime de concessão de FHC

“A escolha pelo regime de partilha, no governo Lula, trouxe problemas desde o início. Já a concessão torna a Petrobras mais eficiente”. É o que diz Aloysio Nunes Ferreira, senador pelo PSDB-SP, autor do projeto de lei do Senado nº 417/14 que extingui o regime de partilha para os contratos de exploração do petróleo do Pré-sal. Segundo ele, o esquema de propinas investigado pela Operação Lava a Jato dificulta a Petrobras viabilizar seus planos de negócio.

Em 2010, o governo Lula aprovou o regime de partilha, que estabeleceu que a produção nessa área tem que ser compartilhada pelo consórcio vencedor e a União, com controle da Petrobras, como operadora única, ou com uma participação de no mínimo 30%. Estabeleceu também a obrigatoriedade de componentes nacionais para a exploração do Pré-sal, e a criação de um Fundo Social com designação dos recursos obtidos para educação, saúde, ciência e tecnologia.

As duas gigantes do setor, Exxon e Chevron, que desistiram de participar da disputa no último leilão, agora, se aproveitando da operação Lava a Jato, voltam a pressionar pelo fim do regime de partilha. A diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambriard e o Mi-

Foto: Roberto Parizotti



Petroleiros da FUP-CUT em defesa da Petrobras

nistro de Minas e Energia, Eduardo Braga (PMDB da base “aliada”), também se posicionaram favoravelmente à revisão do regime de partilha em Houston (Texas-EUA), na reunião da indústria de petróleo em mar, para a principal feira do setor, a OTC (Offshore Technology Conference) onde lançou a 13ª rodada de licitação de áreas de petróleo sob regime de concessão prevista para ocorrer em junho.

Shell, Exxon e Chevron querem também acabar com a regra de conteúdo local para os atuais regimes de concessão, na qual o compromisso de aquisição de bens e serviços de em-

presas nacionais garante vantagem nos leilões para aquisição de áreas exploratórias. Jorge Camargo, ex-executivo da norueguesa Statoil, defendeu que o índice de nacionalização seja retirado da composição do lance das petroleiras no leilão. Atendendo ao pedido das petroleiras, a diretora geral da ANP, Magda, declarou que essas mudanças poderão ser aplicadas já nessa rodada 13ª rodada de licitações de blocos exploratórios.

Por outro lado a política de ajuste fiscal já leva a diretoria da Petrobras a falar em “buscar sócios com conhecimento tecnológico para áreas do pré-sal ainda fora de produção e com

elevado risco exploratório, vendendo-lhes parte dos blocos, para preservar o caixa e reduzir o investimento” (leia-se fazer superávit primário).

Defender a Petrobras

Contra essa política, com base nos interesses dos trabalhadores e da nação, o coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Maria Rangel, disse que apesar do prejuízo apresentado, a Petrobras aumentou a sua produção em 5%, passando a produzir mais de 600 mil barris no Pré-Sal, com condições de voltar a captar recursos para financiar os seus projetos. “Para o PSDB que tentou privatizar a empresa, que sucateou a companhia e tem compromissos com as multinacionais, ver o Brasil destinando verbas para educação e saúde é a morte. Para isso vão inventar de tudo, inclusive inventar que a empresa não tem capacidade de investimento. A Petrobras tem condições de investir e, além disso, possui um corpo técnico fantástico. Insistem em denegrir a imagem da Petrobras, querendo entregar o nosso petróleo para as empresas estrangeiras.”, disse Zé Maria, lembrando que mesmo assim em recente pesquisa a população se posicionou contra a sua privatização.

Nilton de Martins

É hora de barrar a PEC 352

Congresso se prepara para votar uma contrarreforma política

Em mais um lance da ofensiva reacionária que vem do atual Congresso Nacional, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, prepara a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 352, da contrarreforma política. A previsão é que ela vá a voto em plenário na última semana de maio.

Na contramão da reforma política necessária, essa PEC começou a ser elaborada em 2013, em oposição à proposta de Constituinte para o sistema político que crescia como resposta à situação aberta com as mobilizações de junho/julho daquele ano. O ex-deputado Candido Vaccarezza, à época do PT, por decisão de Eduardo Alves (PMDB), então presidente da Câmara, coordenou o grupo de trabalho que apresentou a PEC. Hoje, com o apoio entusiasta do PMDB, ela tem como relator o deputado Marcelo Castro (PMDB-PI).

Batizada como “PEC da corrupção”, a proposta constitucionaliza o financiamento empresarial de campanhas que representa o maior ce-

leiro da corrupção no país e dá ao poder econômico o controle sobre os resultados eleitorais. A PEC propõe que os partidos políticos possam optar entre o financiamento público, empresarial ou ambos.

Outra modificação introduzida por essa contrarreforma é o voto distrital. Nos distritos eleitorais a serem definidos pelo Tribunal Eleitoral, seriam eleitos os candidatos mais votados (e aqui o poder econômico vai pesar), acabando com a proporcionalidade dos votos obtidos pelos partidos. Além de acabar com o voto de opinião e o voto proporcional, pois cada eleitor só poderá votar nos candidatos de seu distrito, e só o que obtiver maioria é eleito, o voto distrital esmagou os partidos minoritários.

Mau sinal

O PT corretamente defende o voto em lista (voto no partido que ordena a lista dos candidatos que o representarão) e o financiamento público de campanha. E dessa posição não deveria abrir mão.

O problema é que, na linha de buscar o mal menor, há deputados petistas já falando em negociar, abandonando as posições do partido. Na última reunião do Diretório Nacional do PT, a deputada Margarida Salomão (PT-MG, da Democracia Socialista) e o deputado Rubens Otoni (PT-GO, da CNB), apresentaram um relatório e propuseram, claramente, buscar um acordo com o PSDB, em particular sobre o voto distrital misto. Na discussão, por interferência do presidente do PT, Rui Falcão, o Diretório rejeitou uma proposta de emenda apresentada pela Articulação de Esquerda que excluía essa possibilidade. Um péssimo sinal.

A única saída que pode abrir a via para a verdadeira reforma política que enfrente as distorções do atual sistema político é a proposta, inclusive adotada pelo PT, da Constituinte Exclusiva e Soberana do sistema político. Afinal, se já era claro em 2013, nesses cinco meses da nova legislatura é mais claro ainda que com esse Congresso não dá!

A campanha pela Constituinte do Sistema Político está organizando um ato, a ser proposto a outros setores que lutam pela reforma política, para o dia 26 de maio, em Brasília, contra a PEC 352, pelo fim do financiamento empresarial de campanha.

Misa Boito

NO SENADO

O PMDB ataca na Câmara e o PSDB no Senado. Em 22 de abril foi aprovado um projeto do senador José Serra (PSDB-SP), que estabelece o voto distrital para vereadores, já para as eleições de 2016. Pela proposta, cada município será dividido em distritos e cada um desses distritos elege um vereador. A proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça em caráter terminativo. Ou seja, se não houver recurso para que vá a plenário, a proposta segue para a Câmara Federal. A bancada do PT votou contra o projeto, à exceção de Gleise Hoffmann (PR) que votou a favor.

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



BAHIA PREPARA ENCONTRO ESTADUAL

Reuniões em várias cidades, além da capital, organizam a atividade

● comitê provisório do Diálogo e Ação Petista da Bahia organiza um encontro estadual em 9 de maio. Na discussão de conjuntura contará com a presença de José Sergio Gabrielli (ex-presidente da Petrobrás).

O encontro vai eleger um comitê estadual para na organização e na ampliação do DAP no estado.

Reuniões e plenárias locais estão acontecendo para tirar as delegações, com base na Contribuição do DAP ao 5º Congresso, “Resgatar o petismo no PT”.

Em Salvador uma plenária, em 18 de abril, discutiu o encontro, a participação no 1º de Maio e no congres-

so municipal do PT de Salvador. Com a presença de petistas, sindicalistas, estudantes, jovens e militantes de movimento populares a plenária, contou com novas adesões ao DAP e decidiu também se dirigir aos oito deputados federais do PT-BA para que votem com os trabalhadores e a CUT contra as MPs 664-665.

Outras cidades como Vitória da Conquista, Cruz das Almas e Paulo Afonso estão discutindo a participação no encontro estadual.

No 1º de Maio em Salvador o DAP uma coluna (foto ao lado) com faixas, distribuiu os panfletos ressaltando a necessidade de uma Constituinte



para reformar o sistema político no Brasil e cobrando o mandato de Dilma dizendo não ao Plano Levy de ajuste fiscal.

Desde já na preparação do encontro estadual está na ordem do dia

organizar os núcleos de base do DAP para ajudar na preparação do dia nacional de paralisação da CUT em 29 de maio. Agindo como o PT agia os militantes do Diálogo organizam reuniões com sindicalistas para preparar uma intervenção organizada no dia nacional de paralisação da CUT em 29 de maio. Na Universidade Federal da Bahia, uma reunião do DAP discutiu o combate para reverter dos cortes do ministro Levy.

Correspondente

QUE DISCUTIRÁ O 5º CONGRESSO DO PT?

Diálogo e Ação Petista apresenta propostas

A maioria das plenárias municipais do 5º Congresso (11-13 de junho) não votou resoluções ou emendas, até porque as 7 Teses nacionais são desconhecidas. Elas nem foram citadas no lançamento do Congresso pela Fundação Perseu Abramo dia 16, um debate com supostas “personalidades” onde a mesa pediu para não falar de conjuntura.

O “congresso de Zonais”, em SP terminou sem acabar: a direção não conseguiu sistematizar as emendas

dos grupos (as do DAP foram aprovadas). Num grupo a retirada das MPs 664-665 passou por 27 X 1!. Em outras cidades, foi tudo remetido para o Nacional. Os líderes falam muito, mas a angústia da militância é a crise que ameaça destruir o PT. O Congresso deve regulamentar o não recebimento mais pelos diretórios de recursos das empresas. Mas os candidatos receberão?

A verdade é que o PT não sairá da crise sem girar sua orientação, exigir

do governo que mude a política econômica, e formar uma nova direção eleita pelos encontros de base e não mais pelo famigerado PED.

Abaixo, algumas propostas do DAP para discutir nas etapas do Congresso:

8 propostas

1. Não ao Plano Levy! Retirada das MPs 664-665 e não ao PL 4330. Fim do superávit primário. Derrubada dos juros e controle do câmbio;
2. Só uma Constituinte exclusiva e

soberana fará a verdadeira reforma política;

3. Fim do PED, volta dos Encontros de base para eleger as direções;
4. Campanha em defesa da Petrobras;
5. Revisão da “política de alianças” nas eleições de 2016;
6. Desmilitarização das PMs e revogação da Lei de Anistia;
7. Democratização dos meios de comunicação;
8. Retirada das tropas brasileiras do Haiti.

“OXIGÊNIO PARA PROSSEGUIR A LUTA”

Alexandre Pimentel, vereador do PT em Carapicuíba (grande SP de 400 mil habitantes), tem sua trajetória no partido identificada com a corrente Construindo um Novo Brasil (CNB). Membro do Comitê nacional do Diálogo e Ação Petista, ele fala da experiência com a construção do DAP.

No Diálogo e Ação Petista desde o encontro de dezembro de 2014, como avalia a experiência?

A tradição do nosso partido de debate interno tem sido pouco exercida. Na medida em que o PT amplia espaço no governo, tem perdido a capacidade de dialogar com a nossa base. Encarei como grande novidade a criação do Diálogo e Ação Petista, um oásis na situação interna do PT, principalmente ao colocar a necessidade de resgatar nossos principais documentos como o manifesto de funda-

ção e o programa do PT de 1980, e agir como o PT agia.

Como filiado e parlamentar do PT encontrei no DAP o oxigênio para continuar a luta. Participar desse debate é fundamental para o PT voltar a ter uma agenda com o movimento social e construir a resistência à ofensiva conservadora.

Na região, como tem sido a receptividade do DAP?

As instâncias de nosso partido estão muito esvaziadas. É comum atividades em que nossos governos locais mobilizam funcionários comissionados para dar volume aos eventos. Há relatos de pessoas que nem votaram no PT, mas participam das atividades para garantir seus empregos. A macro Osasco tem

história de mobilização dos trabalhadores e da esquerda em geral. A partir da experiência do DAP Carapicuíba, verificamos que em vários diretórios se percebe a importância desse fórum de discussão e ação. Estamos discutindo a construção de um DAP regional. Vamos organizar uma reunião para discutir o 5º Congresso do PT, já na fase do congresso da macro Osasco apresentei e distribuí a tese “Resgatar o petismo no PT”, e organizar nossas lutas, nos reaproximando do movimento social.

Que avaliação você faz da coluna do DAP no 1º de maio do Anhangabaú?

A conjuntura tem deixado os petistas acuadaos. A única solução é a retomada das ruas. Sou do tempo em que 1º

de Maio era a data mais importante na luta dos trabalhadores. O 1º de Maio do Anhangabaú retoma essa tradição e nossa coluna contribuiu para isso. Levamos um ônibus de Carapicuíba com militantes de diferentes agrupamentos, na vinda para São Paulo fomos discutindo política. Todos entenderam a importância de unir forças para enfrentar a situação, ampliando nossa presença nas ruas e aprofundando o debate com o movimento social. No Anhangabaú, com as bandeiras do PT, nossos pirulitos e faixas em defesa dos interesses dos trabalhadores (por exemplo, pela retirada das MPs 664 e 665 e Abaixo o Plano Levy), a coluna teve uma presença ativa, cada um se sentia um verdadeiro militante, como era antes no PT. O pessoal voltou muito contente, com mais gás para prosseguir a luta.



1º de Maio de luta convoca paralisação “rumo à greve geral”

Em 29 de maio, a CUT propõe parar o país em defesa dos direitos dos trabalhadores

Os atos de 1º de Maio deste ano retomaram a tradição de jornadas de luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora, atacados pelo PL 4330 da terceirização e pelas Medidas Provisórias 664 e 665 que fazem parte do ajuste fiscal pilotado pelo ministro Levy.

Culminando um processo de mobilização nacional, puxado pela CUT desde 13 de março e que se prolongou nas jornadas de 7, 15 e 22 de abril – estas centradas no combate ao PL 4330 – contando com a participação do MST, CMP, CTB e outras organizações populares e da juventude, criando um ponto de apoio para a resistência popular contra a ofensiva da direita em curso no país.

Se o combate em defesa dos direitos trabalhistas esteve no centro do 1º de Maio, não faltaram as bandeiras do combate à corrupção através de uma reforma política que acabe com o financiamento de empresas a campanhas eleitorais, da Constituinte diante de um congresso reacionário, contra o Plano Levy de ajuste fiscal, em defesa da Petrobras e da democracia.

O grande ato do Anhangabaú em São Paulo, com mais de 40 mil participantes e a presença de Lula, foi o



Lula discursa no 1º de Maio apontando para o cartaz com as bandeiras do Diálogo e Ação Petista

ponto alto, mas atos e marchas ocorreram em todas as capitais, como Fortaleza, Maceió, Porto Alegre, Recife, para não falar de Curitiba em reação à brutal repressão do tucano Richa aos professores (ver página 7).

CUT mantém posição firme contra MPs

A continuidade da luta, anunciada em todos os atos e votada simbolicamente em São Paulo, é a convocação da Paralisação Nacional de 29 de maio, rumo à greve geral, para barrar o PL 4330 que está no Senado, exigindo o “Veta Dilma” caso não seja lá derrotado, depois da apertada votação na Câmara (230 a 203) e da intensa campanha de pressão sobre os deputados feita pela CUT e seus parceiros. Mas também para rejeitar

as MPs 664 e 665, as mesmas que estraram em pauta em 5 de maio.

Lamentavelmente a bancada parlamentar do PT cedeu às pressões vindas do governo Dilma, através do vice Temer e vários ministros, para engolir as MPs que atingem o seguro desemprego, abono salarial, pensão por morte, as quais, em nome do ajuste do banqueiro Levy, afetam os trabalhadores de baixa renda, e se dispôs a votar contra os interesses de sua própria base social e eleitoral.

É evidente que tal política do governo Dilma dá àqueles que votaram a favor da PL 4330 a oportunidade de se fantasiarem de defensores dos trabalhadores (como o traíra Paulinho da Força e tucanos) e tripudiar sobre os deputados petistas, pro-

vocando revolta e decepção nas bases da CUT e do próprio PT, ajudando a ofensiva da direita de destruição do partido.

Mas, a mesma firmeza que teve a CUT, cujo presidente Vagner Freitas exigiu da bancada petista a recusa das MPs, ela deve continuar a ter na preparação da Paralisação Nacional de 29 de maio, orientando a realização de assembleias, plenárias junto com os movimentos populares, não só para barrar o PL 4330, mas também para revogar as MPs 664 e 665 se forem aprovadas pelo Congresso (ver na página 8).

Numa difícil situação, a CUT afirmou-se como ponto de apoio para a resistência contra não só os ataques aos direitos trabalhistas, mas para exigir a mudança de política econômica do governo, cuja manutenção apenas aprofundará a impopularidade de Dilma e o processo de derretimento do PT. E joga esse papel por não se afastar da defesa dos interesses da classe trabalhadora, com independência diante do governo e autonomia diante do PT. A luta continua!

Julio Turra

CUT exige voto contra dos deputados do PT

“Não podemos ajustar contas do governo em cima dos direitos dos trabalhadores. A posição da CUT é clara: somos contra as MPs 664 e 665”. Foi o que disse Vagner Freitas, presidente da central, em reunião com a bancada do PT em 5 de maio.

Enquanto a Executiva nacional da CUT reunia-se em São Paulo em 5 de maio, adotando resoluções para preparar o 29 de maio, Vagner em Brasília reafirmava a posição unânime da central: “Aumentar o prazo para acesso ao seguro-desemprego é retirar um direito adquirido, restrin-



Vagner Freitas

gir o acesso a um benefício previdenciário é retirar um direito adquirido. E se essas MPs forem aprovadas vamos fazer uma luta tão grande quanto a que estamos fazendo contra o PL 4330, da terceirização”.

De imediato, através das redes sociais e de e-mails enviados aos deputados, os cutistas se mobilizaram em 6 de maio para pressionar os parlamentares, em particular os do PT, pela rejeição das MPs, apontando a contradição evidente entre o papel cumprido por eles no combate à PL 4330 e sua capitulação diante das pressões

do Planalto, virando as costas à sua própria base social. Nas galerias da Câmara estavam dirigentes da CUT-DF e de entidades locais e nacionais cutistas protestando contra as MPs – no pouco espaço que lhes deu Eduardo Cunha, pois a prioridade foi dada aos “forcistas” que faziam claqué para Paulinho – assistindo ao cinismo daqueles que, da oposição ou do PMDB, apoiaram o ataque aos direitos através da terceirização ilimitada, e que, diante de petistas constrangidos, se divertiam em atacar o governo e o PT pela sua incoerência!

O 1º de Maio pelo Brasil



Alagoas



Pernambuco



Ceará



Rio Grande do Sul

Anulação do roubo da previdência, Fora Richa!

Sindicalista da APP fala da greve dos professores do Paraná

As imagens do bombardeio dos professores do Paraná no último dia 29 chocaram a nação: mais de 300 feridos por balas de borracha, mordidas de pitbul etc. Articulada pelo governador Beto Richa (PSDB) junto com a justiça e o legislativo estaduais, essa foi uma das mais extensas repressões sobre o movimento popular e sindical – 4 mil PMs participaram.



Déborah Fait

Mas não quebrou a força do movimento de 100 mil professores e funcionários de escola que vem de antes. A categoria organizada na Associação Paranaense dos Professores (APP Sindicato, filiada a CUT), havia iniciado uma greve em fevereiro de 29 dias, pela retirada de dois projetos de lei que modificavam a previdência e o plano de carreira. Com o sucesso de duas ocupações da Assembleia Legislativa do estado, a categoria derrubou os projetos.

Em meados do mês de abril, o governador enviou novo projeto de lei, somente sobre a previdência (PL 252), que permite ao governo por a mão em R\$ 8 bilhões do fundo previdenciário. O que fez com que a categoria no dia 25 retornasse à greve, pela retirada do PL 252, por

13,1% de reajuste e outras reivindicações (maio é a data-base anual da categoria).

Ouvimos a professora Déborah Fait, dirigente do Núcleo Curitiba Sul da APP Sindicato, em entrevista feita por Markus Sokol.

O Trabalho – Em que condição os professores estão em greve?

Déborah Fait – Hoje, dia 5, uma grande assembleia com 15 mil educadores aprovou a continuidade da greve que, neste fase, já está no seu nono dia. Com apoio popular de 90%, segundo as pesquisas. Isso porque o governo só hoje sentou para discutir, graças à assembleia e à manifestação de solidariedade, mas jogando sua proposta para o dia 12, sem tocar no cumprimento da lei do Piso.

OT – Como chega a solidariedade, da parte CUT e de outras organizações?

DF – Desde o massacre do dia 29, a APP está recebendo moções de apoio ou repúdio à violência do governador, de vários lugares do Brasil e do mundo. Fotos de professores no Brasil inteiro em luto, como frases “somos todos professores”, “a luta dos professores do Paraná é de todos nós”. Em nosso ato de hoje, recebemos representantes de vários sindicatos, principalmente da CUT, em especial de professores de todo Brasil. A categoria se sente reforçada!

Também recebemos moções dos metalúrgicos do Estado, houve um ato dos estudantes, e o 1º de Maio em Curitiba foi o maior em muitos anos. Tudo que representa um sentimento de solidariedade de classe.

OT – A categoria vê relação entre o ajuste no Paraná (PL 252) e ou-

tras medidas de ajuste no plano nacional, como o PL 4330 e as MPs 664-665?

DF – A categoria entende que existem ataques aos direitos dos trabalhadores, e que o problema não é só do Paraná. Inclusive, entende que outras greves, tanto de professores como de outras categorias, são para assegurar os direitos. Ela vê o problema do PL 4330 e das MPs 664 e 665, como instrumentos contra os trabalhadores, que a gente sabe que se articulam no Plano Levy de ajuste.

OT – Mas o PT defendeu o movimento dos professores? A imprensa fala muito de Requião.

DF – Os parlamentares do PT aqui do estado, estiveram ao nosso lado desde a greve em fevereiro. No dia do massacre, inclusive, a senadora Gleisi Hoffman fazia parte da comissão do Senado que veio acompanhar a votação do PL 252. No momento do bombardeio, a companheira teve a posição coerente de se retirar da sessão da Assembleia Legislativa, apontando claramente a ilegitimidade da votação, e se juntando com os manifestantes.

Aliás, em relação à essa sessão que aprovou o roubo da nossa previdência, nós, junto com outros companheiros e companheiras, estamos levantando a exigência de Anulação da votação.

Por outro lado, no PMDB, de um lado o senador Requião apoia as manifestações e pede a renúncia de Richa, mas também tem o deputado estadual Romanelli, líder da bancada do governo Richa, que articulou todos os trmites para aprovar o PL 252.



Professores em assembleia em 5 de maio decidem pela continuidade da greve

OT – Aécio disse “lamentar” mas que não se podia “criticar” o massacre. Dias depois, com a repercussão, Richa disse que a culpa era do Secretário de Segurança, o qual, então, pôs a culpa na PM. O que os professores acham disso?

DF – Hoje houve falas no caminho de som, citando que Aécio e Anastasia, em Minas Geras, e Alckmin em São Paulo, os ataques que ambos fizeram, isso representa uma política de falta de democracia, de truculência e de destruição da educação pública. São opções desses governos do PSDB, como foi decisão do governo Beto Richa essa política no Paraná.

É necessário que a Dilma condene a violência contra os professores no Paraná de forma contundente.

A categoria em seu movimento mostra uma negação à essa política de destruição e repressão, agora com a palavra de ordem “Fora Beto Richa”, que começa a ser colocada para fora da categoria.

No final de semana, ela apareceu na plateia do Teatro Guaíra, em manifestações por todo estado, e no jogo final do campeonato paranaense onde ambas torcidas se juntaram para gritar o “Fora Richa”.

Em defesa da Educação Pública, nenhum direito a menos!

Avançar num calendário unitário da luta de professores e servidores

Em 30 de abril, convocada pela CNTE (filiada à CUT), ocorreu a greve nacional dos trabalhadores em Educação por melhores salários e condições de trabalho, pelo cumprimento integral da Lei do Piso e pelas pautas locais das entidades em defesa da educação pública.

Na véspera, o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), comandou a brutal repressão contra professores e servidores estaduais em luta contra a destruição de sua Previdência.

É sob o signo dos cortes de verbas

dos orçamentos para fazer superávit em todo o país, objetivo do Plano Levy, que professores e servidores de 15 redes estaduais e 8 redes municipais paralisaram no dia 30. Aos R\$ 7 bilhões cortados do MEC, somam-se nos estados e municípios outros cortes que atacam direitos e precarizam o atendimento em escolas já superlotadas. Em São Paulo e Santa Catarina as greves superaram 50 dias, diante da falta de negociação por parte de Alckmin (PSDB-SP) e Colombo (PSD-SC).

O quadro é agravado pela recente

decisão do STF sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 1.932/98, que valida a contratação de servidores públicos para as áreas de educação, saúde, cultura, entre outras, por meio de Organizações Sociais (Lei 9.637/98), ou seja, avança na terceirização.

Num momento em que a educação precisa de mais recursos para chegar aos 10% do PIB, previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), o senador Serra (PSDB-SP) apresenta o PLS131/15, que pretende retirar da Petrobras o 30% de participação

e o controle da exploração do Pré-sal, o que acabaria com os recursos que viriam do petróleo para a Educação pública.

Em 5 de maio, a CNTE convocou atos nas Assembleias Legislativas em repúdio à repressão no Paraná. Agora é preciso avançar num calendário nacional de lutas, que inclua a participação maciça dos professores e servidores na Paralisação nacional convocada pela CUT para 29 de maio, rumo à greve geral!

Nelson Galvão

Câmara vota a MP 665 que ataca direitos trabalhistas!

O Partido, enquadrado por Temer, atinge o fundo do poço arrastado pelo ajuste fiscal de Levy

Os dias que se sucederam o 1º de Maio de luta, puxado pela CUT em defesa dos direitos dos trabalhadores, formaram um cenário desastroso!

Em 5 de maio, quando iniciava a tramitação da Medida Provisória 665 na Câmara, o programa de TV do PT foi acompanhado de painelaço incentivado pela direita e oposição. Dilma, que no 1º de Maio evitou ir à TV, tampouco apareceu no programa de seu partido e coube a Lula ser hostilizado.

Em 6 de maio, uma bancada constrangida do PT na Câmara, sob a pressão de ministros, traiu os interesses da classe trabalhadora para salvar o Plano Levy de ajuste fiscal, votando em peso na MP 665, "melhorada" pelo relator Paulo Rocha, senador do PT-PA (ver box ao lado).

Dos 55 deputados do PT presentes, apenas 1, Weliton Prado (MG), votou contra, cinco se retiraram do plenário não votar (Érica Kokay do DF, Marcon do RS, Padre João de AL, Assis Couto do PR, Luizianne Lins do CE, Pedro Uczai de SC) e quatro se ausentaram (Marcivânia do AP, Ságuas Moraes do MT e Zé Carlos do MA).

Michel Temer exigiu disciplina da bancada petista. O líder do PMDB, Leonardo Picciani (RJ), ameaçou que não apoiaria a MP se o PT não fechasse questão: "O PMDB tem convicção de que é necessário o ajuste fiscal para o país, mas consideramos fundamental que o PT tenha essa mesma convicção". Depois que a bancada do PT, enquadrada, decidiu fechar questão, ambos comemoram, "era isso que nós queríamos", disse Picciani. Temer declarou: "Percebi nitidamente que se o PT não fechasse a questão haveria dificuldade para a votação. E o PT colaborou enormemente porque fechou questão e permitiu a aprovação". (OESP 5 e 6 de maio).



Votação da MP 665 contou com o apoio da maioria da bancada do PT

As falas de deputados petistas em defesa da MP 665 soavam falsas e abriram espaço para o cinismo dos que há poucos dias aprovaram o PL 4330, da terceirização, e passaram a tripudiar os petistas por abandonarem a defesa dos direitos trabalhistas.

Votação apertada, 252 a 227, com 25 votos de diferença! Diferença menor do que a da votação do PL 4330 (230 a 203). Ou seja, 13 votos contra de petistas derrotariam a MP, mas a bancada do PT apoiou esse ataque aos direitos e ficou surda aos apelos da CUT para votar contra. Um dia trágico para um partido que nasceu para defender os trabalhadores e que chega assim ao "fundo do poço"!

Mais ataques anunciados

E foi só o começo, pois ainda vai a voto a MP 664, que restringe direitos previdenciários (pensões e auxílio doença), cujo relator é Zarattini (PT-SP). Por outro lado, o governo anuncia um pacote de concessões/privatizações de aeroportos, portos e rodovias para os próximos dias.

Assim, o Plano Levy de ajuste fiscal que leva o país à recessão e regressão – com altas taxas de juros que

interessam aos banqueiros, paralisam a produção industrial (8 mil metalúrgicos da Volks, além dos 2 mil da Mercedes, foram colocados em férias coletivas, antessala do facção) e deprimem o consumo interno dos setores populares – vai fazendo sua obra de destruição.

O deputado Luiz Couto (PT-PB), que acabou votando a favor da MP 665, no momento de maior pressão sobre a bancada para apoiar o ajuste, falou: "Querem jogar o PT na parede. Querem torturar, depois matar, acabar" (FSP, 7/05). E foi o que Temer, em nome de Dilma, conseguiu impor!

Eduardo Cunha, por seu lado, aproveitou a situação, para mudar a pauta da primeira sessão que discutiu a MP 665 e aprovar a PEC da Bengala, tirando de Dilma o direito de nomear quatro ministros do STF.

Parte dos deputados do PT argumenta que, na atual situação, votar contra a MP derrotando a proposta do governo seria fragilizá-lo ainda mais. Mas as MPs atendem aos interesses justamente dos que querem fragilizar e acuar o governo, incluindo o PMDB, enquanto ataca os interesses da base social que o elegeu,

única que pode fazer frente à ofensiva conservadora.

Certa está a CUT, que depois da votação da MP 665, reforçou o chamado para a Paralisação nacional de 29 de maio rumo à greve geral, contra o PL 4330, as MPs 664 e 665 e pelo fim do Fator Previdenciário.

Lauro Fagundes

ONDE ESTÃO AS DITAS "MELHORIAS"?

O resultado concreto da votação da MP 665 é que para que o trabalhador tenha acesso ao seguro desemprego ele deve ter o DOBRO de tempo de registro em carteira, passando de seis meses, antes da MP, para 12 meses!

Para os que ganham até 2 salários mínimos, para ter acesso ao Abono Salarial, vão ter que comprovar um tempo trabalhado TRÊS VEZES MAIOR: antes da MP era um mês, passou para três meses ininterruptos.

Já a MP 664, ainda não votada, reduz o Auxílio Doença de 91% do salário até o teto de R\$ 4.663,75 (INSS) para a média dos últimos 12 salários. Quanto à Pensão por Morte, que não tinha tempo mínimo e era vitalícia, se exige dois anos de casado e 18 meses de contribuição para obter uma pensão por um tempo proporcional à idade do beneficiado.

Onde estão as melhorias em relação à situação anterior à edição das MPs? E os penalizados são os trabalhadores mais jovens e os de mais baixa renda.

Notas

DESEMPREGO SOBE, RENDA CAI

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em dados divulgados em 28 de abril, sobre o mercado de trabalho, da pesquisa mensal para seis regiões metropolitanas, há uma elevação significativa da taxa de desemprego nos últimos quatro meses. Em dezembro de 2014, a taxa estava em 4,3%. Em janeiro, 5,3%; em fevereiro, 5,9%; e em março teve a terceira alta seguida: 6,2%, o que mostra uma tendência. O pior resultado desde maio de 2011. De um ano para cá, na indústria, 232 mil pessoas foram demiti-

das. A renda média real do trabalhador brasileiro caiu. Em fevereiro, a queda foi de 2,8%. O maior recuo desde janeiro de 2003.

CUT REPUDIA AUMENTO DE JUROS

A CUT, em nota, condenou a nova elevação "da taxa Selic, que agora está no maior patamar desde dezembro de 2008. Apesar da justificativa do controle da inflação, o aumento dos juros tem como efeito a redução da atividade econômica, pois encarece o crédito tanto para consumo quanto para investimentos, causando assim a diminuição do emprego e da ren-

da. Dessa forma, como já estamos vivendo um cenário claro de estagnação da economia e contração da demanda como um todo, um aumento de juros se torna completamente ineficaz no controle da inflação. A elevação dos juros também causa um grande aumento dos gastos do governo com a dívida pública, que só nos primeiros meses de 2015 totalizaram R\$ 143 bilhões". (site da CUT).

BANCOS TÊM LUCRO RECORDE

Segundo o Dieese, em 2014 os cinco maiores bancos brasileiros tiveram recordes de lucro, com cobranças de

taxas e serviços. Os bancos Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa e Santander tiveram lucro de R\$ 60,3 bilhões, o que significa 18,5% a mais que em 2013. Resultado que mantém o setor financeiro entre os mais rentáveis da economia nacional e mundial.

Os bancos aproveitaram a alta taxa Selic, incrementaram a cobrança por taxas e serviços e seguem reduzindo, a cada ano, o número de trabalhadores. Os maiores lucros foram do Itaú (R\$ 20,6 bilhões) e do Bradesco (R\$ 15,3 bilhões, juntos esses bancos respondem por 60% do total dos lucros. (Portal Uol)

Três chaves para o 5º Congresso do PT

É necessário defender o partido contra os que querem sua “extinção”

O PT lançou um manifesto no dia 30 de março denunciando a ofensiva de “cerco e aniquilamento”. Mas depois, sem reação à altura, veio a prisão do tesoureiro, Vaccari, e a escalada com a ameaça de “extinção do PT” pelo PSDB e outros.

A crise no PT depende de responder a três questões:

- acusar o acusador da corrupção, o juiz Moro e o Judiciário, rompendo com o regime;
- mudar a política econômica – o Plano Levy – para recuperar a base social do PT (o que revisará a “coalizão”);
- reconstruir o PT de baixo pra cima, convocando os encontros de base para eleger direções no lugar do PED.

Sem isso, a direção e Lula – o último painel mostrou que não será poupado – arriscam serem levados ladeira abaixo, arrastando o partido.

A situação é muito grave!

Houve um anúncio positivo de que o PT não mais receberia financiamento empresarial.

Mas seguiu-se um passo em falso no programa de TV, a “expulsão dos condenados na justiça”. Se deveria então expulsar Zé Dirceu, Genoino, João Paulo e Delúbio, injustamente condenados pelo STF no “mensalão”!? E como juiz Moro, do Paraná, com o STF e o Procurador Geral, estão extrapolando nas “delações premiadas” manipuladas contra o PT, teríamos que expulsar parlamenta-

res e dirigentes, tornados bodes expiatórios da corrupção nacional?

É o contrário. É preciso a coragem de romper o “cerco”, questionar a manipulação, questionar o próprio Judiciário na linha da Constituinte.

O 5º Congresso, de 11 a 13 de junho, em Salvador, é o quadro que existe para reagrupar na defesa do PT.

Sindicalistas da CUT falam em “tomar o PT de assalto”, um sinal oposto à debandada oportunista, que conflui para não deixar os trabalhadores desabrigados. Mas para dar rumo é preciso uma nova direção, convocar encontros de base e acabar o PED, face sensível da adaptação às instituições corruptas.

Markus Sokol

PATRUS PEDE O FIM DO PED

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, fundador e líder histórico do PT mineiro, defende que a proposta de que o PT não aceite mais doação de empresas valha também para os candidatos.

Coerentemente, defende também o fim do PED: “O PT teve uma experiência negativa com o tal do PED, com a eleição direta para presidente. Acho muito ruim, porque o partido levou para dentro essas práticas relacionadas com uso e abuso do dinheiro, do poder econômico, nos processos eleitorais internos”.

Ex-presidente em disputa de chapas no PED, um dos principais quadros do CNB (Articulação) em Minas, hoje defende a volta à eleição em encontros de base:

“Com o PED houve práticas lesivas, inclusive com filiação em massa, disputa de eleitores, pessoas que vão votar sem ter nenhuma consciência com o que estão fazendo. Cada vez mais me convenço que a democracia participativa é o melhor caminho. Tenho minhas ressalvas com a democracia direta, cada um no seu computador votando sozinho. A democracia pressupõe o encontro, o debate de ideias para você criar consensos. O PT fazia isso.

Com o PED, acabaram os encontros partidários, que deveriam voltar” (OESP, 3/05).

Patrus tem razão e sabe do que está falando.

Há “outro ajuste” defensável?

A alternativa é acabar com o superávit fiscal e não “suavizá-lo”

Cresce a oposição entre sindicalistas da CUT, petistas e também intelectuais, à recessão implementada pelo ministro Levy. Entre eles há, porém, quem sugira um “outro ajuste”. Admitem um ajuste porque as contas públicas estariam deficitária. Mas propõem “fazer o ajuste cobrando mais impostos dos ricos”.

O erro desta proposta é avaliar as exigências do mercado financeiro e do FMI, para quem o que importa é garantir o pagamento dos juros escorchantes da dívida pública. Acontece que os juros são injustos e ilegítimos.

Eles fizeram a dívida multiplicar-se nas últimas décadas, por mais que o governo tente pagá-la. Agora, o Banco Central subiu para 13,25% a taxa Selic (que indexa parte da dí-

vida), dobrando-a em relação a 2013!

É isto e não a “gastança” – suposto excesso de financiamentos, créditos ou o consumo – o que eleva os gastos públicos: em um ano cresceram 33% as despesas com juros, responsáveis por 80% do crescimento do orçamento do governo!

Cobrar mais impostos dos ricos é justo. Mas para pagar juros aos banqueiros (via o superávit) é uma armadilha. O mercado financeiro internacional pode até aceitar, como na Grécia, cobrar “imposto sobre fortunas”, contanto que sejam para juros aos banqueiros. Drenados assim os recursos, continuaria a destruição da economia nacional. Além disso, um aumento de impostos so-

bre fortunas, justo hoje, amanhã seria insuficiente para fazer superávit, se não muda a política.

Está cada vez mais difícil atingir a meta de superávit (1,2% do PIB, em 2015, e 2% em 2016), porque cai arrecadação em decorrência da recessão provocada pelo Plano Levy.

O desemprego medido pelo IBGE subiu de 5% para 6,2% em um ano e a renda média do assalariado caiu 3%. O saldo de geração de empregos com carteira assinada continua negativo.

A alternativa ao Plano Levy não é um “outro ajuste”, mas o seu fim: acabar com a meta de superávit, derubar os juros, centralizar o câmbio e o fluxo de capitais.

Alberto Handfas

Oportunistas abandonam o PT

Nesta safra, Marta, Vacarezza e Serge

Na crise, muitos oportunistas estão abandonando o PT. Estes três saem agora, junto com muitos vereadores pelo país a fora, quando as expectativas eleitorais da legenda estão caindo.

Marta Suplicy, senadora, estava de saída há tempos, imbuída da ambição carreirista de sair candidata a prefeita da capital em 2016. Vai para o PSB, em SP, coligado ao PSDB no governo Alckmin, para bater no PT, está claro.

Candido Vacarezza, ex-deputa-

do federal, deve ir para o PMDB, partido com o qual se diz “hoje mais identificado” – ninguém ficou surpreso, ele foi o relator da PEC da contrarreforma política na Câmara.

Serge Goulart, ex-membro do Diretório Nacional pelo grupo Esquerda Marxista, explica a saída: “o rompimento da classe trabalhadora com o PT” (site EM 27/4). Sem provas, afirma, e afirmado fica: a classe rompeu, não aconteceu nada, resistência ou diferenciação, apenas a EM arru-

ma as malas. A “análise” tem que falsear a realidade: na plenária de 31/3, em SP, quando Lula defendeu o ajuste, diz a EM, “nenhuma fala contra as MPs 664 e 665 que retiram direitos, nem mesmo do presidente da CUT” – três mil presentes sabem que é mentira!

Aonde vai a EM? O site fala numa “frente de esquerda”, mas não diz frente com quem, nem para que. O mistério se desvanece quando anunciam “seguir debatendo até setembro os próximos passos a partir da deci-

são de saída do PT”. Setembro... seria porque outubro é o prazo para filiação a uma legenda para disputar as próximas eleições?

Roberto Robaina, dirigente do PSOL convidado ao evento da EM que decidiu a saída, resumiu no seu site: “ficou evidente que a campanha de Luciana Genro foi um impacto nas fileiras desta corrente. A opção de entrar no PSOL após sair do PT é a preferencial. Solicitaram reunir com a direção e farão este pedido formal em seguida”.

Um ataque a todo movimento operário

É preciso reagir à reacionária ofensiva contra as organizações dos trabalhadores

O julgamento da Ação Penal 470, que condenou sem provas dirigentes do PT, e começou uma ofensiva, escancaradamente apoiada pelo Judiciário e a grande imprensa de, a partir do PT, abrir um ataque às organizações dos trabalhadores. A operação Lava Jato persegue esse objetivo, tendo à frente o juiz Sergio Moro, baseado em denúncias de seus “delatores premiados”, seletivamente vazadas. Na determinação da prisão de Vaccari, enquanto tesoureiro do PT, Moro tentou envolver sindicatos cutistas.

Diante de dirigentes da CUT reu-

nidos em Brasília em 22 de abril, em luta contra o PL 4330, o presidente da central Vagner Freitas, alertou que a prisão injustificada de Vaccari anunciava que a CUT pode ser atacada. As forças que querem implicar o PT, sem provas, na Lava Jato, “até mesmo em função do papel que a CUT está jogando na defesa dos direitos dos trabalhadores e da democracia na atual momento”, disse Vagner, vão tentar explorar que a rede Brasil Atual é ligada a dois dos principais sindicatos cutistas, Bancários de São Paulo e Metalúrgicos do ABC, para tentar envolver a central. E

Vagner afirmou: “Se eles pensam que não vamos reagir, nós avisamos que não vamos nos esconder, se mexerem com a CUT ‘bateu, levou’, vamos nos preparar, nos planos jurídico e político, para processar quem vier com insinuações por calúnia, vamos defender a organização dos trabalhadores”.

Está certo o presidente da CUT. Era o que devia ter feito a cúpula petista, desde que começou a farsa da AP470.

Um abaixo-assinado, que apoiamos, por iniciativa do presidente do PT Rui Falcão, dirigido ao juiz Moro, pede que Vaccari seja solto, para res-

ponder o processo em liberdade. Certo, mas é pouco. É preciso reagir contra toda essa ofensiva que pretende “exterminar” o PT, como declaram nossos inimigos de classe.

Na entrevista abaixo, João Paulo Cunha lembra que ataques da classe dominante e da grande imprensa “existem desde que o PT foi fundado. Com a AP 470 e especialmente agora com a Lava Jato, ganham mais ferocidade”. A ausência de uma reação por parte da cúpula do partido, para responder à altura a atual ofensiva, abre terreno para que a “ferocidade” prospere. (ver página 9)

“É preciso defender o PT”

Entrevista com João Paulo Cunha

No concorrido lançamento do livro “Quatro & outras lembranças”, O Trabalho conversou com o companheiro João Paulo Cunha. Fundador do PT em Osasco (grande São Paulo), ex-presidente do PT-SP e ex-deputado, quando foi presidente da Câmara Federal, João Paulo, um dos quatro dirigentes injustamente condenados na Ação Penal (AP) 470, cumpre agora pena em prisão domiciliar. No período em que esteve na Papuda dedicou-se a escrever o livro de poemas, lançado em 16 de abril em Osasco. A grande presença ao evento testemunha a consciência, na base petista, de que ele, como os demais companheiros transformados em réus, foram alvos de uma ofensiva política contra o partido. A palavra a João Paulo é parte de nosso compromisso com a defesa do PT. Entrevista feita por Misa Boito

Hoje aqui como poeta, queríamos ouvi-lo como o militante que desde a adolescência, metalúrgico, dedicou-se à construção do PT. Valeu a pena ou já é “passado”?

O grande poeta português já dizia, sabiamente, que “tudo vale a pena quando a alma não é pequena”, especialmente quando falamos de uma alma de esquerda, de um espírito solidário que coloca os interesses coletivos acima dos interesses pessoais. Que se indigna com as injustiças e vai à luta sem perder a ternura. Sinto-me injustiçado pela descabida condenação que sofri, no julgamento pelo STF da AP 470. Fui condenado contra as provas que

constam dos autos do processo, evidenciando a minha inocência, num julgamento eminentemente político, orientado pela criminalização do PT, tese advogada pela grande imprensa e pela oposição eleitoreira e falsa moralista.

Mas, acima de tudo, valeu a pena ter ajudado a construir o PT, a CUT e os movimentos sociais, para lutar pelos direitos dos trabalhadores, conquistar o governo federal e implementar um ciclo de desenvolvimento com inclusão social que, nos últimos 12 anos, transformou para melhor a vida dos brasileiros, em especial dos mais pobres. Com esse legado, o desafio é fazer avançar e aprimorar as ações do governo federal.

Você disse que o PT foi condenado por fazer caixa 2 e agora por fazer caixa 1.

No caso do julgamento de crimes eleitorais como o chamado caixa 2, que deveriam ser julgados pelo TSE, foram transformados na AP 470, julgada no STF. O julgamento passou a ser politizado e a pena aplicada foi injusta e judicialmente equivocada.

Na operação Lava Jato, a imprensa e a oposição acusam o PT de ter recebido propina via doação eleitoral oficial, registrada, contabilizada e aprovada pelo TSE. Se as doações que o PT recebeu das empresas envolvidas na Lava Jato estão sob suspeita, porque não estão as de todos outros partidos que também receberam doações das mesmas empresas?

Há sinalizações de saída do PT de gente preocupada apenas com a elei-

ção de 2016. Você falou em deixar “sair os oportunistas e pragmáticos”.

No PT devem ficar todos que acreditam e defendem os seus ideais. Quem é petista sabe que nesses momentos de crise e ataques ao partido é preciso primeiro defender o PT. Ataques da elite conservadora e da grande imprensa existem desde que o PT foi fundado. Com a AP 470 e especialmente agora com a Lava Jato, ganham mais ferocidade e leviandade, para criminalizar o PT e impedir que continue à frente do governo Federal.

Cabe ao partido, por sua direção, lideranças, parlamentares, ocupantes de cargo no executivo, dirigentes de movimentos populares ou sindicais e militantes em geral, responder aos ataques, com argumentos fundamentados na realidade. Cabe a todos os petistas trabalhar para reorganizar o PT, corrigindo erros e avançando na qualificação das propostas que defenderemos nas futuras batalhas políticas e eleitorais.

A saída diante da ofensiva conservadora é fortalecer ainda mais o PT para que esteja a altura de se defender, elucidar a verdade, para que prevaleçam as provas e os fatos e não as versões e os factoides.

Devemos aproveitar o 5º Congresso para ampliar os debates visando aprimorar a organização interna e as propostas do partido para conti-



João Paulo Cunha

nuar e aprimorar a atual transformação e o desenvolvimento do Brasil e de seu povo.

Aqui é notável a manifestação de solidariedade a você. Quer falar sobre Osasco?

Apoio e solidariedade de amigos e companheiros de militância social, sindical e do PT, felizmente, eu recebo fartamente. Agradeço a todos.

Osasco estará sempre no meu coração. É onde tenho minha casa, onde residirei até os fins de meus dias. A cidade avançou com as gestões municipais do PT. Mas podemos melhorar ainda mais a nossa administração para ampliar a qualidade de vida da população local.

O PT de Osasco deve coordenar o debate sobre a cidade, seu governo e seu futuro, criando as condições para melhorar as ações da administração, em todas as áreas. Ampliando o diálogo com as lideranças sociais e os movimentos, popular e sindical, para constituir uma frente de esquerda que coordene uma ampla aliança a favor do candidato petista.

“Concretize seu discurso antiimperialista”

A luta dos trabalhadores na Venezuela, em meio às contradições do governo Maduro

Com a campanha “Obama revogue o decreto” (que declara a Venezuela “ameaça à segurança nacional dos EUA”) o governo Maduro, em certa medida, isolou a direita pro-imperialista e recoesionou bases chavistas.

Mas a situação da Venezuela continua marcada pelo desabastecimento e a desorganização da “guerra econômica”, provocada por empresários nacionais e estrangeiros, enquanto o governo hesita em utilizar os instrumentos legais de que dispõe para combatê-los, ao mesmo tempo em que mantém dia o pagamento da dívida aos banqueiros internacionais.

O reajuste do salário mínimo, anunciado neste 1º de maio, pode não ser suficiente para cobrir a inflação que, segundo previsões, deve passar de 90% em 2015.

Um manifesto de diversas organizações de trabalhadores, lançado neste 1º de Maio, explica que “as justas medidas que o governo Maduro tem adotado, ao subsidiar produtos de primeira necessidade, como gasolina, medicamentos e alimentos, têm servido para que se constituam e ampliem redes mafiosas de parasitas sociais que vivem do ‘bachaqueo’



1º de Maio em Barquisimetro. Na foto menor trabalhadores da MRW em luta

(compra de mercadorias a baixo custo nos mercados do governo e revenda com grande lucro em países limítrofes, NDR), retenção de estoques, contrabando, contando com a cumplicidade de empresários, funcionários e militares nas fronteiras”

No plano das relações do trabalho, a principal exigência do movimento sindical é a estrita aplicação da legislação (LOTT) que garante proteção aos trabalhadores, mas é frequentemente ignorada.

É o caso dos trabalhadores da MRW (multinacional espanhola, de entrega de encomendas) da cidade de Barquisimetro que entraram em greve em março exigindo negociação

do contrato coletivo. A resposta dos patrões foi recorrer ao lock-out.

Em carta aberta a Maduro, os trabalhadores da MRW reivindicam o discurso do presidente onde ele “assinala que o governo imperialista espanhol estava confabulando com o governo estadunidense, para praticar uma grosseira ingerência nos assuntos internos da Venezuela, o que rechaçamos em geral como povo antiimperialista, e em concreto como trabalhadores de uma multinacional espanhola que viola nossos direitos enquanto trabalhadores”. Na carta eles denunciam que a MRW valeu-se da cumplicidade da Inspectora do Trabalho da região que “ig-

norou que essa multinacional confessou que fechou fraudulentamente suas portas em Barquisimetro, mas manteve abertas as agências terceirizadas. A Inspectora fez-se de desentendida e não ordenou a imediata aplicação do artigo 149 da LOTT para garantir o direito ao trabalho de 53 companheiros e que, inclusive, lhe dá o poder de mandar prender os patrões caso venham a descumprir uma ordem de reabrir imediatamente a empresa”.

Os trabalhadores enviam a carta “depois de 34 dias sem poder levar o alimento a nossos filhos e esposas, 34 dias nos quais nossos direitos foram pisoteados”, e reivindicam de Maduro: “Hoje pedimos-lhe que torne realidade, que concretize seu discurso antiimperialista e aplique todos os mecanismos legais para que esses empresários espanhóis – que pretendem ingerir nas políticas de nosso país, exploradores de nossa mão de obra assalariada e violadores do ordenamento jurídico da República Bolivariana de Venezuela que nos é favorável a nós, trabalhadores – para que eles restitua nossos direitos ao trabalho, à organização sindical e à contratação coletiva”.

Palestinos mantêm a luta

Estado sionista não consegue derrotar a resistência, 67 anos depois da “Nakba”

Enquanto o Estado de Israel a celebração do 67º aniversário de sua criação, em 14 de maio, os palestinos, expulsos de suas terras para a instalação do Estado sionista, mantêm de pé a resistência ao que chamam de “Nakba” (catástrofe). A fundação de Israel levou à expulsão de 800 mil palestinos de suas casas. Atualmente, contando com os descendentes dos expulsos, são 5 milhões de pessoas.

No fim de abril, milhares de palestinos do interior (que vivem dentro das fronteiras de Israel) organizaram uma manifestação em direção a Hadatha, vila situada nas proximidades do lago de Tiberíades. Eram mais de 10 mil manifestantes, famílias inteiras, compostas por pessoas nascidas na Palestina antes de 1948, acompanhadas de filhos e netos, que reafirmavam suas reivindicações, exigindo a reunificação de todas as famílias desalojadas.

Na Faixa de Gaza, os palestinos vivem em um território devastado, particularmente depois dos ataques de Israel de 2014. O bloqueio a Gaza

se mantém, em um vergonhoso consenso internacional que “legitima” a punição coletiva de todo o povo palestino. Tudo porque, apesar das guerras, da brutalidade da ocupação, da dura vida em campos de refugiados e da colaboração da Autoridade Palestina, os palestinos continuam a reivindicar seus direitos, a começar pelo direito ao retorno.

Relatório da própria ONU, divulgado no fim de março, indica que o número de civis palestinos mortos em enfrentamentos com o Estado de Israel atingiu em 2014 um nível sem precedentes desde a Guerra dos Seis Dias (1967). O motivo principal é a guerra lançada em julho pelo exército sionista contra a Faixa de Gaza. Nessa operação, “mais de 1,5 mil civis foram mortos, 11 mil foram feridos e 100 mil deslocados”, diz o relatório. Entre as vítimas, estão 550 crianças. No total, 2.220 palestinos, incluindo os combatentes, morreram na Faixa de Gaza. Na Cisjordânia (ocupada em 1967) e em Jerusalém, 58 palestinos foram mortos e 6.028 feridos em 2014, acrescenta o texto.

A tragédia dos naufragos no Mediterrâneo

Em 2015, mais de 1,8 mil imigrantes morreram na travessia entre África e Europa

No último 23 de abril, morreram, em um mesmo navio, cerca de 900 imigrantes que tentavam ir da África para a Europa, para fugir de uma conjuntura desesperadora: fome, guerras e violência extrema que esfacelam boa parte do continente africano e o Oriente Médio.

Essa tragédia não é um fato isolado. Em 2014, estima-se que 200 mil pessoas atravessaram o mar a caminho da Europa. Mais de três mil morreram. Em 2015, cerca de 35 mil viajaram, 1.800 desapareceram. Em 2 de maio, a marinha italiana encontrou 4,5 mil migrantes em barcos de borracha que estavam na costa da Líbia, 10 corpos foram recuperados.

A imprensa, cinicamente, diz que a Europa não tem responsabilidade sobre a situação, mas que “todos os países da União Europeia (UE) de-



Busca por uma vida melhor se transforma em tragédia

vem repartir o ônus desse problema humanitário” (OESP, 24/04). Ora, as guerras na África e no Oriente Médio são a continuidade da política levada pelo imperialismo EUA, com o apoio indispensável da UE. Para controlar essas duas regiões estratégicas, os EUA financiam governos e grupos mafiosos locais, jogando uns contra os outros, como acontece na Síria, Líbia, Iraque, Somália, para ampliar os conflitos, enquanto amassa da população sofre com o estado de guerra permanente, lançando-se em busca de uma vida melhor.

Rebelião em Baltimore (EUA) leva ao indiciamento de policiais

Procuradora denuncia os envolvidos na morte de Freddie Gray

No sábado, 2 de maio, milhares celebraram nas ruas de Baltimore o indiciamento de seis policiais por denúncias relacionadas à morte do jovem negro, Freddie Gray. No dia 12 de abril, Gray fugiu de três policiais na região oeste de Baltimore e foi preso. Uma semana depois, ele estava morto devido a um grave ferimento da espinha dorsal.

A procuradora do estado de Maryland, cuja maior cidade é Baltimore, Marilyn Mosby, apresentou denúncia contra os policiais no dia 1º de maio, anunciando que Gray morreu depois de ter tido o seu pescoço quebrado dentro de uma viatura policial. Um dos policiais foi indiciado por “assassinato de segundo grau”; outros três por “homicídio involuntário” e outros dois por “agressão de segundo grau”.

Ativistas presentes na comemoração de 2 de maio insistiram, contudo, que a justiça para Gray não foi ainda garantida. O reverendo Jamal Bryant, um dos líderes dos protestos de massa, foi ovacionado pelo público quando disse que os policiais assassinos precisam ser sentenciados por seus crimes com prisão prolongada: “Nós temos que acompanhar esse processo até que todos os seis policiais troquem seus uniformes azuis da polícia, por laranjas, de prisioneiros”. Outros oradores lembraram quando a reação da direita que, mobilizada, conseguiu levar à absolvição de George Zimmerman na morte de Trayvon Martin, jovem negro assassinado em Miami em 2012.

Toda essa precaução tem razão de ser: a reação da direita já começou. A “Fraternidade dos Policiais de Baltimore” está exigindo um procurador “independente”, a atual procuradora é negra, enquanto personalidades da mídia, incluindo muitos que se consideram “progressistas”, estão insistindo que os indiciamentos do caso Mosby são “precipitados” e “não levam em conta a versão da polícia.”

Do protesto à rebelião

Após a prisão de Freddie Gray, dezenas de milhares de pessoas, a maioria jovens negros (muitos dos quais estudantes que saíram de suas salas de aula em protesto), mobilizaram nas ruas diariamente, em atos pacíficos de massa cantando: “Sem Justiça, Sem Paz, Não à Polícia Racista!” e exigindo “Justiça para Freddie Gray!”

A maior mobilização ocorreu no dia 27 de abril, o dia do funeral de



1º de maio: marcha dos portuários impulsionada por seu sindicato ILWU - Local 10 e outros sindicatos (municipais, professores, enfermeiras) no porto de Oakland, Califórnia. Os portuários fecharam o porto de Oakland, um dos mais importantes do país, durante todo o dia. Com outros sindicalistas e militantes negros, os portuários realizaram uma passeata até a Câmara Municipal para exigir punição aos policiais culpados pela morte de Freddie Gray em Baltimore, e tantas outras mortes de jovens negros pelos quatro cantos dos EUA

Gray. Foi aí que o protesto transformou-se numa rebelião. Uma passeata de jovens e de membros da comunidade saiu espontaneamente do funeral e foi reprimida pelo pelotão de choque da polícia. Com o acirramento da situação, os manifestantes começaram a jogar pedras, garrafas e tijolos na polícia, forçando-a a retirar-se.

A nova Procuradora Geral de Obama, Loretta Lynch, que foi empossada justamente no dia do funeral de Gray, condenou os “atos de violência sem sentido” por “estilhaçarem a paz na cidade de Baltimore.” A prefeita de Baltimore acusou “agitadores vindos de fora” e “arruaceiros” pela violência. O presidente Obama, igualmente, referiu-se aos manifestantes como “vândalos”. O reverendo Al Sharpton, que posa de amigo dos trabalhadores e da luta pela liberdade dos negros, foi ainda mais enfático em sua denúncia da rebelião de Baltimore, dando cobertura à Guarda Nacional e à Polícia Estadual que foram enviadas a Baltimore para “restaurarem a paz.”

Socialist Organizer, a seção dos EUA da 4ª Internacional, publicou um manifesto no dia 29 de abril explicando quem é responsável pela violência em Baltimore e exigindo justiça para Freddie Gray:

“O sistema capitalista racista – com sua brutalidade policial, pobreza, desemprego e habitação inadequada – está na raiz causadora da violência. Nós não deveríamos ficar surpresos quando o oprimido se levanta. Há um ponto de ruptura, um ponto onde o povo não aceita mais os

insultos do dia-a-dia e os danos causados por esse sistema.

“O desemprego é alto – quase 60% da população negra entre 16 e 64

anos está sem trabalho. Cerca de 30% dos prédios nos bairros dos negros estão desocupados. A taxa de pobreza em Baltimore está acima dos 25%. Nós exigimos o indiciamento, o processo e o sentenciamento dos policiais assassinos. Um amplo programa de reconstrução econômica de cidades como Baltimore é urgente para tratar da profunda pobreza que aflige o povo negro ao redor do país. Um programa público de criação de empregos, formais com direitos de sindicalização, para todos e um programa nacional de Saúde para todos é um passo necessário. Mas programas econômicos sozinhos não são suficientes para lidar com as condições racistas – de tipo Apartheid – que confrontam o povo negro. É preciso lutar implacavelmente para dismantlar o racismo, a ‘supremacia branca’, e o complexo prisional-industrial”.

Alan Benjamin

Oakland: portuários se reapropriam do 1º de maio

O 1º de Maio é, há um século, o dia internacional de luta dos trabalhadores. Foi nos Estados Unidos que surgiu, em Chicago, como consequência do combate pela jornada de 8 horas, no ano de 1886. Mas o 1º de Maio deixou de ser comumente celebrado nos Estados Unidos pela pressão do imperialismo. Por isso é representativo que nesse primeiro de maio, momento em que o país vive a explosão social pelo assassinato do jovem negro Freddie Gray por policiais, o sindicato dos portuários de Oakland, o

porto mais importante da costa oeste do país, tenha chamado greve em solidariedade às manifestações de Baltimore, contra a violência policial. Os portuários de São Francisco também pararam, assim como trabalhadores dos transportes públicos. Em Los Angeles também houve manifestações de apoio. As revoltas de Baltimore, e a solidariedade aos protestos expressa nesse primeiro de maio por todo o país, mostram que a luta dos negros contra a desigualdade, a violência e o racismo é de toda a classe operária estadunidense.

Assine **O TRABALHO** ★

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$45,00 24 edições: R\$90,00 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo

Fone/fax: (11) 2613-2232